

A gramatização da língua portuguesa na escola brasileira: a construção de *corpora* metalinguísticos para o mapeamento da lusitanização linguística nos oitocentos

The grammatization of the portuguese language in the brazilian school: the construction of metalinguistic *corpora* for the mapping of linguistic lusitanization in the 19th century

La grammatización de la lengua portuguesa en la escuela brasileña: la construcción de *corpus* metalinguísticos para el mapeo de la lusitanización lingüística en el siglo XIX

Editor-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Editor Associado

Irineu Eduardo Jones Corrêa

Autor correspondente

Afranio Gonçalves Barbosa
afraniogb@letras.ufrj.br

Recebido: 28/04/2023

Aceito: 09/04/2024

Como citar:

BARBOSA, Afranio Gonçalves. A gramatização da língua portuguesa na escola brasileira: a construção de corpora metalinguísticos para o mapeamento da lusitanização linguística nos oitocentos. *Revista Diadorim*, v.25, n.1, e58367, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2023.v25n1a58367>

Afranio Gonçalves Barbosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

E-mail: afraniogb@letras.ufrj.br

Resumo

A difusão de regras padronizadoras, referenciadas em usos lusitanos no século XIX, presentes em gramáticas escolares brasileiras. Tratamento desse tema como objeto controlado em *corpus* metalinguístico conforme Barbosa & Azeredo (2018). Pesquisa e organização de *corpora* com base no acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/Brasil). Mudança na gramatização em obras voltadas ao ensino na década de 80 do século XIX.

Palavras-chave

Gramatização no Brasil oitocentista; Normatização de Pronomes pessoais; Gramáticas no acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Abstract

The diffusion of standardizing rules, referenced in Lusitanian usages in the 19th century, present in Brazilian school grammars. Treatment of this theme as a controlled object in a metalinguistic corpus according to Barbosa & Azeredo (2018). Research and organization of corpora based on the collection of the Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/Brazil). Change in grammatization in works aimed at teaching in the 1880s.

Keywords

Grammatization in 19th century Brazil; Standardization of Personal Pronouns; Grammars in the collection of the Fundação Biblioteca Nacional.

Resumén

La difusión de las reglas de normalización, referenciadas en los usos lusitanos del siglo XIX, presentes en las gramáticas escolares brasileñas. Tratamiento de este tema como objeto controlado en un corpus metalingüístico según Barbosa & Azeredo (2018). Investigación y organización de corpora a partir del acervo de la Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/Brasil). Cambio en la gramatización en obras destinadas a la enseñanza en la década de 1880.

Palabras clave

Gramatización en el Brasil del siglo XIX; Normalización de los Pronombres Personales; Gramáticas en la colección de la Fundação Biblioteca Nacional.

Dentre diversos aspectos sócio-históricos em que se pode, ao longo do século XIX, estabelecer vínculos à consolidação da Independência Política do Brasil em relação a Portugal, o debate entre conservadores e liberais sobre a questão do idioma nacional ganha palanque não apenas nas tribunas legislativas, mas também nos jornais brasileiros. Nesse sentido, a figura do romancista José de Alencar se destaca em prol de um ideário de norma padrão referenciada em usos brasileiros. Em carta publicada em jornal, Alencar menciona essa aproximação dos autores brasileiros em relação à linguagem em uso no país, parte da *alma* brasileira. “Depois da independência, se não antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais.” (Coutinho, 1974, p. 176). E, em alguns momentos, nessas cartas-artigo, argumentava-se a favor de usos brasileiros condenados, como, por exemplo, variantes com preposição *em* ao invés da preposição *a*,

esta muito comum dentre portugueses, os “nossos irmãos mais velhos”, como em Coutinho (1974): “São eles (nossos irmãos mais velhos) que se conspiram contra a gramática, firmando como regra o uso exclusivo da preposição – à [...] e exigindo que se impreterivelmente: ‘moro à rua de’... ‘estou à janela’, ‘cheguei à casa’ [...]” (Coutinho, 1974, p. 162).

Contudo, em relação à *gramatização* (Auroux, 1992) efetivada nas escolas da antiga Corte e das Províncias, pode-se dizer que os conservadores oitocentistas venceram: não somente a norma culta descrita na escola esteve mormente baseada nas estruturas linguísticas presentes nos clássicos portugueses, mas principalmente a normatização de regras de bom uso voltaram-se exclusivamente para usos lusitanos que, àquela altura, já contrastassem as duas comunidades lusófonas no Brasil: portugueses e brasileiros. Este texto apresenta o estágio inicial da pesquisa sobre a gramatização em gramáticas escolares oitocentistas e novecentistas sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no Rio de Janeiro. A especial riqueza desse acervo proporciona condições para lidar com essas obras como objeto para a construção de *corpora* metalinguísticos e, por meio desse controle metodológico de seus lugares na socio-história em suas épocas, conseguir melhores contornos das etapas/ características do processo de construção e difusão de seu lugar simbólico da língua nacional projetada pela sociedade brasileira.

Entrando na Questão

O processo descritivo-didático dos oitocentos foi bem além de apenas fornecer aos atores sociais da elite brasileira uma instrumentalização metalinguística: avançou do século XIX para o século XX construindo uma projeção de *língua superior* na contramão da independência política; uma projeção tácita da ilegitimidade histórica das normas de uso brasileiras. Trata-se, portanto, de o ensino gramatical, na escola, apresentar estruturas do português europeu não como uma simples **convenção** de uso culto – artificialidade situacional em qualquer sociedade ocidental contemporânea – mas como estruturas da própria língua transplantada desde as caravelas. Ao invés de, em relação à padronização modelar, ensinar estruturas linguísticas para intercurso falado e escrito institucional, ou para situações em que o indivíduo julgasse cerimoniosas, a escola brasileira criou projetou para a sociedade uma ilusão simbólico-meritória: a de que os usos portugueses são corretos, por isso melhores, e os usos brasileiros são incorretos, por isso piores. Mais que isso, incute falso argumento histórico de que qualquer diferença de uso entre brasileiros e portugueses seria sempre uma alteração realizada no Brasil por conta da convivência com línguas ameríndias e africanas. É o exemplo clássico da maior frequência de uso da variante *estar + gerúndio* que, no Brasil, conserva o uso geral desde o século XVI, em relação ao maior uso atual da variante gerundiva *estar + infinitivo*, que só avançaria como marca identitária na

maior parte de Portugal, definitivamente, no século XX, deixando a variante conservadora *estar + gerúndio* como regionalismo do Alentejo.

Esse exemplo de conservação no lado brasileiro pode ser contraposto a exemplos de conservação em Portugal, assim como exemplos de mudanças em relação às estruturas da fase clássica quinhentista no Brasil podem ser contrastadas a outras mudanças em Portugal. Essa é a dinâmica natural entre variação social e mudança histórica em qualquer língua no Planeta Terra. Quando se fixa um modelo escolar, ele nunca terá 100% de suas estruturas modelares coincidentes com uma ou outra comunidade de fala, ou com um ou outro conjunto de produção escrita tomados como referência-base ao próprio modelo. O modelo escolar sempre se constituirá de um conjunto de *escolhas subjetivas* dentre o mar de estruturas presentes seja na fala de uma comunidade, seja num conjunto escrito. Em outras palavras, o modelo escolar convencionará um conjunto artificial de estruturas linguísticas para se tornar a referência do padrão a ser ensinado. Não importa se esse conjunto estiver baseado na comunidade de fala da região da Corte, em um Império, ou na fala da região mais rica de uma República, ou na fala corrente de pessoas consideradas cultas em suas épocas, tampouco importa se ele estiver referenciado na escrita literária ou de jornais: sempre será um conjunto de escolhas subjetivas do gramático. Quando esse padrão é ensinado sem caráter meritório, sem ser simbolicamente tratado como melhor do que qualquer estrutura nele não incluída, os indivíduos o aprendem e aplicam-no considerando uma dada estrutura linguística como *correta* ou *errada* apenas por não estar dentro do padrão convencionado. No entanto, quando esse padrão é ensinado como a língua superior, a língua perfeita do passado histórico de esplendor e glória, os usos melhores dentre outros usos, os indivíduos o aprendem e aplicam-no considerando uma dada estrutura linguística como *correta* ou *errada* em si, como se fosse uma língua naturalmente boa ou ruim, superior ou inferior, bela ou uma corrupção da beleza.

Essa aplicação de *certo* e *errado* desvinculada, comumente, da noção de adequação contextual, atrela a avaliação de *superior* ou *inferior* não apenas a sua própria língua corrente do indivíduo, seu vernáculo identitário, mas até a sua própria percepção do que seria uma língua culta/erudita/cerimoniosa/especial em sua sociedade. Assim, se nas linhas anteriores deste texto, ao invés de “*os indivíduos o aprendem e aplicam-no*” constasse “*o aprendem e o aplicam*” ou “*aprendem e aplicam ele*”, fatalmente o erro deste articulista, para alguns, teria sido sinal dos tempos: ninguém mais saberia a Língua Portuguesa, nem um professor...

A gramatização no Brasil, a partir do século XIX, acirrou a confusão simbólica entre, por um lado, a) a convenção subjetiva em favor de algumas estruturas linguísticas e, por outro lado, b) a língua real e seus matizes naturais correntes ou vistos como especiais, cultos. Isso a tal ponto que não se trata apenas deste texto poder ter seu conteúdo desqualificado seja por colocar o pronome pessoal oblíquo

o após uma conjunção coordenada e antes do verbo, seja por optar por uma retomada pronominal frequente entre falantes cultos no Brasil: com *ele(a)* na função de objeto direto. Trata-se de a construção simbólica da Língua Padrão escolar como a Língua Pátria em si ter sido tão forte e eficiente que as pessoas a encaram como uma língua natural a ser adquirida, como se já não soubessem sua língua, como se suas identidades linguísticas não fossem ilegítimas. Esses são alguns componentes do esmagador processo de preconceito linguístico instaurado ao longo do século XX.

Para além da percepção desse efeito nefasto a ser, hoje, combatido, é impressionante constatar o quanto a gramatização na escola brasileira criou a ilusão de ser a Tradição Gramatical uma categoria de análise, uma unidade descritiva homogênea capaz de cobrir todos seus aspectos e temas da língua. Não é incomum encontramos trabalhos acadêmicos, em Linguística, dizendo, ao introduzirem seus temas sob estudo, algo como “a Gramática tradicional não deu conta de X”. E por que daria se a gramática tradicional, dentro da tradição gramatical greco-romana, não é uma abordagem teórico-metodológica sobre a língua? Aliás, se nenhuma abordagem científica da Linguística cobre a língua como um todo e sim, claro, as propriedades dos objetos de estudo que foca, por que a Gramática Tradicional o faria? A Gramática Tradicional, numa forma simplificada de dizer, seria tão somente uma continuidade de práticas pedagógicas de ensino de uma língua não vernácula, o latim, adaptando suas categorias descritivas para descrever línguas românicas e não românicas a partir do Renascimento. Talvez essa origem na pedagogia de uma língua *estrangeira* ajude a explicar sua eficiência, em muitos casos, no ensino de estruturas da língua escrita em gêneros muito afastados do uso vernáculo dos alunos: é como se aprendessem uma “língua estrangeira”.

Enfim, o fato é que, observar a construção da Gramática Tradicional na escola brasileira como um objeto de estudo sociolinguístico, tanto no plano político, quanto no da gramatização empreendida, é buscar entender aspectos a serem, talvez, herdados pelo trabalho com descrição linguística no Ensino no Brasil de hoje. Não haveria aspectos a serem herdados? Que a investigação científica, com o tempo, descubra se sim, se não, ou se muito pelo contrário. Vamos passo a passo.

Objetivos e o Referencial Metodológico

A investigação aqui empreendida sobre a gramatização parte da contribuição já estabelecida pela gramaticologia, e volta-se para o controle da Linguística do Corpus visando tentar cobrir um aspecto sócio-histórico da gramatização lusitanizante na escola: a questão de sua **difusão** no cenário brasileiro. Essa é a primeira condição para a criação de um *corpus* histórico-diacrônico, a saber, partir de uma questão/pergunta histórico-social e organizar *células comparativas* por critérios externos (sociais/pragmáticos) para controlar a difusão/distribuição/correlações de e entre dados dele

levantados por diferentes pesquisas. A célula comparativa torna-se representativa da realidade social (externa) que, metonimicamente, projeta conforme a qualidade dos critérios de escolha e composição não apenas dos controles externos, mas também dos próprios conjuntos de células dentro de cada controle externo.

Para entendermos isso em termos mais práticos, podemos lembrar das pesquisas sobre intenção de voto a cada eleição. Se, em termos supostos, a pesquisa foi metodologicamente bem elaborada, apenas cerca de 5000 entrevistados serão suficientes para representar a vontade de milhões de brasileiros, distribuídos em quase 300 municípios. Isso ocorre porque tanto a definição de recortes, quanto a distribuição do número de pessoas nas células foram amparadas na Ciência Estatística e no conhecimento prévio sobre realidade social do país traduzida em gêneros, faixas etárias, municípios a serem escolhidos em cada região, graus de escolaridade, faixas de renda, dentre outros. São recortes externos que configuram células representativas para projetar do quadro total de pessoas não entrevistadas. Assim, por exemplo, o grupo que reúne *as mulheres, entre 25 e 35 anos, que vivem em município com até 300000 pessoas, que completaram o ensino superior e que ganham entre 2 e 3 mil reais por mês* é uma célula estatística que, junto com as demais células combinatórias formadas, projetará resultados conforme perguntas imotivadas ou motivadas sobre as intenções de voto naquele momento antes da eleição que se aproxima.

De forma paralela, os *corpora* histórico-diacrônicos, hoje à disposição da comunidade acadêmica na rede mundial de computadores, são distribuídos em células representativas de controles externos que traduzam perguntas teóricas de base, bem como a realidade histórico-social da língua. São células que servirão para contrastar dados dos fenômenos fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, etc. levantados por vários e vários trabalhos que venham a utilizar os *corpora* disponibilizados.¹ São controles externos decididos pelas equipes da Linguística de Corpus, tais como células comparativas de tempo, lugar, história social da escrita, perfil dos redatores e, dentre outros, de diferentes gêneros de textos para investigação de objetos linguísticos ou histórico-sociais a partir de seus conteúdos.

As decisões centrais sobre as categorias de textos escritos dependem, em termos práticos, do universo de textos encontrados nos arquivos históricos, em geral sem o número suficiente de exemplares para cobrir todo o quadro de controle ideal. Soma-se a essa, a dificuldade de não serem conhecidos, de antemão, os valores sociopragmáticos de muitos gêneros textuais nas fases pretéritas cobertas na linha do tempo dos *corpora*. Enfrentando a tudo isso, os *corpora* têm sido constituídos, em geral, de seleções dentre: textos pessoais (cartas, diários, bilhetes, etc.), textos institucionais públicos (atas, circulares, relatórios, devassas, denúncias, testamentos, etc.), textos

¹ Ver, por exemplo, Ilari (2021).

institucionais privados (empresas, casas de comércio, conventos, irmandades, hospitais, jornais, etc.), textos literários (peças teatrais, romances, etc.), textos metalinguísticos (gramáticas, teses, estudos acadêmicos, etc.). Uma ideia parcial dessas questões pode ser vista na formação da prévia de corpus do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB),² publicada em Barbosa (2019).

Nesse caminho metodológico, passamos, no âmbito do Projeto *A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional*,³ a iniciar uma etapa propedêutica de levantamento exaustivo no acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), de modo a construir um catálogo geral de gramáticas e obras gramaticais. Dos resultados desse levantamento, passamos a selecionar os títulos que entrariam nos recortes externos conforme nossas motivações iniciais para cobrir a história do ensino de gramática no Brasil e, aqui mais especificamente, cobrir a questão básica sobre a difusão da gramatização lusitanizante no século XIX. Nosso recorte inicial para o *corpus* foi, portanto, selecionar apenas **gramáticas usadas em escolas**, deixando de lado as gramáticas mais reflexivas sobre a língua, presentes em círculos de estudiosos da época. Estas representam as concepções linguísticas de cada momento histórico, mas nem sempre representam o que construiu o simbólico sobre língua transmitido pelo Ensino. Ambos os grupos são componentes do catálogo geral de gramáticas do Projeto *A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional* e, potencialmente, servirão de componentes de outros *corpora* metalinguísticos de investigação histórico-diacrônica.

Nosso *corpus*, aqui em específico, formado com gramáticas escolares no acervo da FBN, na verdade, valeu-se da investigação anterior sobre gramáticas incluídas nos programas do Colégio Pedro II (Barbosa; Azeredo, 2018) exatamente por ela ter partido de um recorte histórico-social motivador para a construção de *corpora* sobre o ensino no Brasil. Como o Colégio Pedro II (CPII) foi modelo simbólico e modelo oficial para os liceus e ginásios do Império e da República no Brasil, os materiais didáticos nele usados constituem, em si, um *corpus* controlado para os estudos sobre a História das Disciplinas no Brasil e, no nosso caso, para a construção de *corpora metalinguísticos*. Em nossa, as gramáticas do CPII configuram uma célula contrastiva de controle externo em nosso *corpus* a ser contraposta com outras células de gramáticas. Seria o caso, por exemplo, do contraste com células que poderiam refletir, ou não, as demandas criadas pela legislação sobre o ensino nos oitocentos para escolas de normalistas, primárias, liceus e ginásios.

² O site inicial – <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home> – vem sendo completado pelas equipes regionais do PHPB, como o rico CE-DOHS: http://www5.uefs.br/cedohs/view/lista_geral.html.

³ FAPERJ Edital E-34/2021.

Além do recorte geral de controle da *linha do tempo*, temos um referencial cronológico central criado com base na história do ensino de língua portuguesa estudada na Gramaticologia. Valendo-nos dos estudos que apontam o Programa de Fausto Barreto (1887) como o marco a estabelecer a orientação temática para o ensino gramatical no Brasil, a partir do qual um conjunto de gramáticas – especialmente as de João Ribeiro, Pacheco & Lameira e Maximino Maciel – começam a ser produzidas com o caráter lusitanizante que se acirrará no século XX.⁴ Nosso propósito, em última instância, é verificar como essa mudança se nacionaliza, se a partir da Capital, se em polos provinciais paralelos, com que nuances de tratamento sobre os usos brasileiros; que fatores atuaram como favorecedores da maior propagação de algumas obras e que tipos de obras gramaticais se estabeleceram. Por uma questão de contraste com a célula com obras do CPII, um dos controles motivados por significância histórica, também se tornou necessário organizar em *célula comparativa imotivada* para cobrir gramáticas escolares avulsas selecionadas. Estamos seguindo, na verdade, alguns dentre os controles externos elencados em Barbosa e Azeredo (2018, p. 207-208), a saber: o **lugar** de produção/distribuição das obras, visando cobrir o contraponto entre o eixo RJ-SP-MG de tipografias-livrarias ligadas à Capital Rio de Janeiro e aquelas outras espalhadas pelas Províncias; **linha do tempo** cronológica para uma visão geral dos reflexos da legislação para o Ensino ao longo do século XIX e, nela, o marco motivado por evento histórico-social dos efeitos do Programa de Ensino de Fausto Barreto nos últimos 20 anos do século; a **difusão da obra** pelo maior número/tipos de escolas que a adotaram (como Colégios modelares/gerais, públicos/privados, religiosos/de formação de religiosos).

Prosseguindo nesta etapa-piloto da investigação, lançamos mão de outros controles externos organizados em Barbosa e Azeredo (2018, p. 207-208), a saber: a **qualificação da obra** e **do autor** da obra em comentários feitos nos prefácios, introduções, comentários sobre edições anteriores, folhas de rosto, contracapas, posfácios, anexos, notas, emendas e anotações manuscritas leitores nas gramáticas examinadas. As informações levantadas devem ser sistematizadas em bancos de dados sócio-históricos que servirão de base para o potencial estabelecimento de recorrências e correlações tanto dentro do *corpus* trabalhado, quanto com a tradição externa em livros didáticos ou em outras fontes históricas. São informações, por exemplo, sobre a qualificação do Gramático: se já renomado, se desconhecido, se acadêmico ou não acadêmico, etc. Com o banco de dados levantados, inferências sobre a história da disciplina podem ser estabelecidos, portanto, pelos controles reunidos:

⁴ Ver, por exemplo, o interessante artigo de Zilio-Passserini (2021). Vale apontar que o autor, em sua nota de número 4, insere uma localização do Programa Fausto Ribeiro, disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/102643-a-procelaria.html>. Acesso em: 27 nov. 2021.

- Gramáticas escolares (Recorte externo geral de entrada)
- As datas de publicação das gramáticas (Linha do tempo)
- Gramáticas usadas do CPII (Qualificação da obra)
- Gramáticas de Normalistas (Qualificação do autor)
- Gramáticas avulsas (Qualificação da obra)
- Gramáticas publicadas no eixo Sudeste/RJ-SP-MG (Difusão da obra)
- Gramáticas fora do eixo Sudeste/outras Províncias (Difusão da obra)
- Qualificação da obra em trechos dentro da gramática
- Qualificação do autor em trechos dentro da gramática

A avaliação, por meio desses controles externos, sobre o avanço da gramatização de modelos lusitanizantes no padrão escolar precisa definir os fenômenos a serem abordados. Uma hipótese seria aqueles apontados tanto na bibliografia especializada como identitários contrastivos de portugueses, ou de brasileiros (Cunha, 1986, p. 206), bem como veiculados nos debates oitocentistas sobre a Língua Nacional. Nesse sentido, podemos escolhermos *a colocação dos pronomes oblíquos em relação ao verbo* (PAGOTTO, 1998), *o uso do gerúndio frente ao infinitivo gerúndio*, e o uso do pronome *ele(a)* na função de complemento verbal direto. Há outros para a ampliação de nosso escopo de controle. Mas isso é tarefa para etapas mais adiante de nosso projeto de trabalho. Desse modo, metodologicamente, passamos **de** uma simples lista de gramáticas **a** verdadeiro *corpus metalinguístico*

Formado conforme células comparativas como essas (ou outras), consoante as questões/ objetivos de cada investigação, o corpus metalinguístico proporciona potencial controle do impacto socio-linguístico dos conteúdos das obras no ensino a cada sincronia passada focalizada” (Barbosa; Azeredo, 2018, p. 208).

Sistematização Metodológica e Resultados Preliminares

Observemos o quadro geral do que foi, até aqui, trabalhado para, na sequência, traçarmos avanços metodológicos para a construção de *corpora* metalinguísticos, bem como correlações e inferências incipientes sobre nossa investigação.

Tabela 1. Resultados gerais: presença regras lusitanizantes em gramáticas brasileiras.

Ano	Gramáticas CII	Gramáticas normalistas no eixo RJ-SP-MG	Gramáticas avulsas no eixo RJ-SP-MG	Gramáticas normalistas Províncias	Gramáticas avulsas Províncias	Regra contra ele(a) objeto direto	Regra colocação pronomes oblíquos lusitanizada
1844				Salvador Albuquerque (Pernambuco)		NÃO	NÃO
1855	Cyrilo Dilermando					NÃO	NÃO
1866					Raposo Almeida (Pernambuco)	NÃO	NÃO
1871				Taylor (Recife)		NÃO	NÃO
1876 1ª ed.	Manoel Olympio					NÃO	NÃO
1881	Júlio Ribeiro					SIM	SIM
1887 3ª ed.	Manoel Olympio					/	/
1887	Maximino Maciel					SIM	SIM
1888a	João Ribeiro Gramática 2º ano					NÃO	NÃO
1888b	João Ribeiro Gramática 3º ano					SIM	SIM
1896 [1880]	Felisberto de Carvalho					SIM	SIM
1897		Hemetério José dos Santos				NÃO	SIM

Fonte: A gramatização da língua portuguesa na escola brasileira... Por O AUTOR. UFRJ/FBN. Apoio FAPERJ.

Barbosa | A gramatização da língua portuguesa na escola brasileira: a construção de *corpora*...

Revista Diadorim | v.25, n.1, e58367, 2023

Nas colunas finais, fica marcado com “sim” quando a gramática apresentava regra contrária a um uso tipicamente brasileiro ou uma regra abonadora do uso tipicamente português, os dois casos constituem o que denominamos uma regra lusitanizadora da gramatização escolar no Brasil. Fica posto “não”, claro, caso não haja esse tipo de regra na gramática. Contamos com dois casos de regras, e não com os três inicialmente pretendidos porque não foram encontradas regras sobre o uso de formas gerundivas em nenhuma das gramáticas. Esse não seria um ponto a ser perseguido muito provavelmente porque, conforme pesquisas em Linguística Histórica, a variação entre perífrases com gerúndio e com infinitivo gerundivo ainda não opunham brasileiros e portugueses.

Importante destacar que, percorrendo as duas regras de gramaticalização nas duas últimas colunas no sentido vertical, cruzando-as com o controle temporal pelas datas de edição de cada gramática, fica evidenciado que o Programa de Fausto Barreto parece ter efetivamente influenciado os gramáticos da década de 80 do século XIX. Na tabela, é a década da virada na lusitanização da gramatização nas escolas brasileiras. De fato, todos os “sim” na tabela estão na década de 80. Interessante destacar que o “sim” ocorre tanto nas gramáticas incluídas no Programa do Colégio Pedro II (Vechia; Lorenz, 1998)⁵, quanto em gramática de professor da Escola Normal, mas apenas no Sudeste, no eixo RJ-SP-MG de publicações e circulação de livros. Com o avanço do número de gramáticas na pesquisa, supomos que, mesmo que apareçam “sim” antes da década de 80 do século XIX e fora do eixo RJ-SP-MG dentro da mesma década, as concentrações de maiores números de “sim” (regras de gramatização lusitanizante) mantenham o padrão aqui tracejado.

Três pontos nessa tabela com os resultados gerais merecem comentário. O primeiro ‘o sinal “/” para a Gramática de José Olympio em sua 3ª edição em 1887 (COSTA, 1887), exemplar encontrado na FBN. Note-se que seria o único caso de “não” para as duas regras em gramáticas na década de 80. Mas, na verdade, ela não se aplica para o referencial motivador do programa de Fausto Ribeiro porque sua primeira edição foi anterior a ele 9 anos, na década anterior, onde foi, portanto, alocada na tabela. Esse é o segundo ponto a ser comentado na tabela: a inclusão da 1ª edição da gramática de José Olympio na década de 70 do século XIX para evitar confusão.

O terceiro comentário diz respeito aos casos de “não” encontrados na década de 80 para as duas regras lusitanizadoras por nós escolhidas. Eles levantam uma questão a ser investigada. A gramática de João Ribeiro para o 2º ano, curso médio, apresenta “não” para as duas regras, o que relativiza a virada da década de 80. É o contrário do que o mesmo gramático faz em sua gramática para o 3º ano, feita, conforme seu subtítulo, para “*Exame de Portuguez*”. É por que a diferença entre as duas obras do

⁵ Consultado, também, o original manuscrito no acervo do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II (Unidade Centro – Rio de Janeiro).

mesmo autor? Supomos ser em função da redução didática empreendida por João Ribeiro, do conteúdo mais denso da obra para o 3º ano em comparação com a do 2º ano, de estrutura e conteúdo mais simples. Isso não significa que todos os materiais mais simples, à época, excluíssem regras lusitanizantes. Duas gramáticas feitas por professores ligados ao Curso Normal, incluíram regras lusitanizantes na mesma década. É bem verdade que não se trata de nomes de menor destaque à época: Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho e Hemetério José dos Santos. Felisberto de Carvalho formado na escola Normal de Niterói, era um sucesso de vendas de livros de leitura no século XIX e sua gramática, inserida na primeira coluna da tabela por ter tido sua 14ª edição incluída no Programa de 1898 do CII, circulou desde sua primeira edição, ao longo de toda a década de 80 do século XIX, propagando as duas regras lusitanizantes nessa década. Já Hemetério dos Santos, só incluiu regra para a colocação pronominal enclítica só em 1897, tendo um “sim” em nossa tabela. Além de professor do Colégio Militar, lecionou na Escola Normal no bairro da Tijuca, modelar para a cidade do Rio de Janeiro. Isso aproxima sua obra das células de gramáticas usadas no CII. Só um significativo avanço no número de gramáticas cobertas no acervo da FBN poderá confirmar a representatividade desse recorte tipológico *Gramáticas de normalistas* e do avanço para além do *eixo RJ-SP-MG*.

De qualquer modo, a distribuição geral das gramáticas, ao constatar maior concentração de regras de uma gramatização voltada à lusitanização do padrão culto brasileiro nos últimos 20 anos do século XIX, está refletindo, de modo direto, dois fatos histórico-sociais, a saber, a vitória da ala conservadora em debate com os liberais no parlamento e com os escritores românticos nos jornais do século XIX. Sistematizemos, por fim, um banco de dados com informações levantadas nos originais das gramáticas aqui consultadas. É nosso esboço, aqui, da proposta metodológica para serem estabelecidas correlações e inferências sobre o ensino de língua portuguesa em *corpora* metalinguísticos:

1. Levantamento exaustivo de títulos por acervo (fichas físicas na sede e digitais na rede mundial de computadores)
- ↓
2. Redação de catálogo geral das obras levantadas
- ↓
3. Recorte de títulos do catálogo geral para formação de catálogos temáticos (gramáticas usadas efetivamente em escolares, em nosso caso)
- ↓
4. Exame progressivo nos originais selecionados no catálogo temático para produzir
- ↓
5. Quadro geral do *Corpus* das obras com recortes externos definidos (Células representativas conforme Azeredo; Barbosa (2018), por exemplo)

- ↓
6. Exame do conteúdo das obras do Quadro Geral do Corpus para produzir
- ↓
- a) Banco de dados com informações histórico-sociais
 b) Banco de dados com conteúdo gramatical conforme objetos das pesquisas em curso
- (A *gramatização lusitanizante*, em nosso caso)
- ↓
7. Análise dos bancos de dados para estabelecer correlações e inferências sobre o tema a partir da visão de conjunto oferecida pelo painel de informações criado
- ↓
8. Transformação do item 5 “Quadro Geral *Corpus* das obras com recortes externos definidos” ou do item 3 “Recorte de títulos do catálogo geral para formação de catálogos temáticos” em *CORPORA ON-LINE COM OS FAC-SÍMILES DIGITALIZADOS DAS OBRAS*

Retomando os recortes metodológicos aqui considerados em etapa-piloto, passemos a lidar, de forma simplificada, com apenas duas células externas: *Qualificação da obra em trechos dentro da gramática* e *Qualificação do autor em trechos dentro da gramática*. As informações serão inseridas em modelo simples com: *Nome do gramático*, *Em trechos dentro da gramática* e *Cruzamento com outras fontes*.

Trata-se, aqui, de uma demonstração de um banco de dados (*corpus* de dados) organizado consoante à etapa incipiente de cobertura de obras e de dados até aqui levantados. Um começo que, porventura, possa colaborar com trabalhos futuros. Vejamos isso a seguir exemplos-modelo de Banco de dados da etapa 6 (a) para **qualificação do autor** e da **obra**.

(a) Qualificação do autor

Júlio Ribeiro

Em trechos dentro da gramática:

“A Proviíncia de São Paulo e em particular á cidade de Campinas dedica esta grammatica Julio Ribeiro”;"Dos diretores da imprensa espero uma fineza – que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas, em que saiam notícias e apreciações desta obra. “Julio Ribeiro. | Collegio ‘Culto à Sciencia’ | Campinas | Provincia de São Paulo”

Cruzamento com outras fontes:

Pela página eletrônica da Academia Brasileira de Letras,⁶ sabe-se que Julio César Ribeiro Vaughan era mineiro de Sabará, mas trabalhou em São Paulo, onde escreveu sua gramática. Foi professor de Retórica no Instituto de Instrução Secundaria e membro da Academia Brasileira de Letras.

⁶ Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/julio-ribeiro/biografia>. Acesso em: 17 ago. 2022.

(b) Qualificação da obra

Manoel Olympio Rodrigues da Costa

Em trechos dentro da gramática:

“Compendio approved pelo Governo Imperial e adoptado para o Iº anno do mesmo collegio e para as escolas publicas do município da corte.”; “Baseada nas doutrinas modernas / Satisfazendo ás condições do actual programma” (Folha de Rosto)

Cruzamento com outras fontes:

O exemplar de Manoel Olympio guardado na FBN é a 3ª edição, de 1887, mas, nela, vem reproduzida sua autorização datada de 1877. Gramática incluída no programa do Colégio Pedro II em 1877 e 1882.

As informações assim separadas por gramático/gramática em pequenos quadros são a base para quadros com as recorrências a serem detectadas entre as obras e entre as obras e as informações externas recolhidas. Observando o conjunto de bancos de dados, percebemos que vários gramáticos que participavam do círculo de professores do Colégio Pedro II eram naturais de fora do Rio de Janeiro, parte do Nordeste (Sergipe, Ceará, Maranhão, etc.). Isso sugere que a difusão da gramatização lusitanizante já começa, em paralelo com os jornais, com os círculos de letrados de que esses homens faziam parte. É o que encontramos escrito por Júlio Ribeiro: “Dos diretores da imprensa espero uma fineza – que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas, em que saiam notícias e apreciações desta obra”. No caso de João Ribeiro, no Prólogo da 2ª edição da *Grammatica Portugueza* (1888), vemos que a 1ª edição, com mais de 2000 mil exemplares, esgotou-se em quatro e poucos dias. Já começa a referida difusão com prováveis polos regionais de ensino que formaram esses homens e outros que atuavam em outros colégios modelares. A visão em conjunto dos dados parece ter seu lugar nas pesquisas.

Considerações sobre a gramatização lusitanizadora no conteúdo do corpus

Examinamos o conteúdo de todas as gramáticas postas na Tabela 1 (Resultados Gerais) avaliando *onde* e *como* os pronomes pessoais eram tratados, com especial atenção na predominância de caracteres descritivos de suas propriedades ou da predicação de modelos de língua culta. Além de não haver a gramatização lusitanizadora nas obras anteriores à década de 80 do século XIX – fosse com estruturação de conteúdo mais ou menos detalhado – a descrição de propriedades era a tônica das gramáticas. Assim por exemplo, com estrutura de capítulos e subcapítulos mais complexa e aprofundamento dos conteúdos e de exemplos, a obra de Cyrilo

Dilermundo Silveira (1855), a primeira a ser listada no programa do colégio Pedro II, em 1856, não inclui regras sobre o uso incorreto de *ele(a)* como objeto direto, tampouco sobre ordem padrão dos clíticos (pronomes oblíquos) em português. Sua abordagem sobre sintaxe de colocação, chamada de *syntaxe de construção*, somente aborda ordem direta ou indireta de sujeito, verbo e complementos. Supomos serem categorias que instrumentalizavam, quando avançavam de uma simples etapa de compreensão e memorização de conceitos, os alunos para lidarem, no nível dos constituintes da sentença, com a dificuldade de decodificar inversões da ordem de elementos presente nos gêneros escritos selecionados na escola. Interessante notar que outra obra de estruturação de conteúdo mais aprofundada, a de Manoel Olympio, professor do CPPII, traz regras sobre colocação pronominal, mas não são regras lusitanizadoras do padrão culto brasileiro: são todas regras para próclise, vinculando-a à distribuição de tonicidade, bom como ao futuro simples.

Já a obra de H. C. Taylor, em grande parte, tem estrutura bem simples que reúne, em tópicos gramaticais enumerados, sequências de perguntas. Os pronomes pessoais aparecem sequenciados por tipo reto ou oblíquo e formas por gênero e número. Não há nada sobre *ele(a)* como objeto direto do verbo. Sobre ordem, no tópico de número 171, o autor afirma que “Syntaxe de collocação é a que trata da ordem que as palavras devem guardar entre si.” (Taylor, 1871, p. 49). No tópico 199, fala da ordem natural, ou direta, *sujeito, verbo e atributo*, exceto nas interrogativas. Mas em momento algum trata da ordem de pronomes oblíquos. O material focaliza, como as anteriores mais densas, em muitos tópicos a questão da ordem inversa em relação à direta. Mesma coisa observa nas obras, fora do Sudeste, de Salvador Albuquerque (1844) e Raposo Almeida (1866): descrição geral de categorias para, supomos, a *análise lógica*, que conjecturamos ser algo como uma base estrutural de treinamento para enfrentar, e entender, ao pôr na ordem direta, trechos em ordem inversa que os alunos encontrariam nos textos literários em suas *selectas de clássicos*. Nem mesmo ao tratar dos *Vícios da Syntaxe*, pág. 60, Taylor menciona os dois casos de regras normatizadoras para pronomes pessoais aqui tratados como sinal de domínio de língua culta lusitanizada.

No ambiente do Colégio Pedro II, bem cedo se observa a mudança na gramatização: Júlio Riberio, em 1881, apresenta, explicitamente, indicação de *erro* para o uso brasileiro de *ele(a)* em função objetiva. Vale notar que esse uso é mencionado *mesmo entre os doutos*, ou seja, era norma culta praticada por brasileiros que estava sendo sufocada pela regra por ele predicada: “Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas <<Eu vi elle – Espere eu>>” (Ribeiro, 1881, p. 230). Júlio Ribeiro, também apresenta normatização sobre colocação pronominal: 11 regras sobre colocação pronominal, chegando a explicitar,

na de número (6), a contraindicação do início de sentença para clíticos: “O pronome objecto e a partícula apassivadora *se* nunca devem começar sentença: seria incorrecto dizer: <<TE vejo sempre – SE contam cousas horríveis>>. Deve-se dizer – <<Vejo-TE sempre – Contam-SE cousas horríveis>>” (Ribeiro, 1881, p. 223). Interessante notar que, apesar de também marcar a ênclise para vários casos, tais como, com verbos no imperativo afirmativo, e marcar mesóclise para o futuro do indicativo e condicional imperfeito na regra (7), Júlio Ribeiro indica a próclise para o condicional na regra (3): “Vós me julgaríeis” e para diversos outros casos para além dos com presença dos chamados “atratores” (Ribeiro, 1881, p. 222). Em grande parte das regras elencadas, a exemplificação reforça, na regra (7), a ressalva que prevê mudança da mesóclise para a próclise no caso de o sujeito pronominal estar explícito na sentença: “melhor será construir –<<ELLE TE *amará* – ELLE TE *veria*>>.” Pode-se dizer que, dentre regras que permitem oscilação entre próclise e ênclise ou o uso exclusivo de uma dessas colocações, Júlio Ribeiro, apesar de descrever os pronomes átonos oblíquos como *enclíticos*, quase um *default* descritivo, no cômputo geral, regra a regra, apresenta muitos casos de próclise autorizada.

O caso do gramático João Ribeiro apresenta um ponto interessante. Sua gramática para o 3º ano cobre as regras lusitanizadoras, como veremos a seguir, diferentemente em relação ao feito em sua gramática para o 2º ano do curso médio: nesta, o pronome pessoal *ele(a)* é simplesmente indicado na tabela de *pronomes* e, em seção suplementar, como *caso sujeito* oposto aos clíticos *o(a) / os(as)* em *caso objeto*. Não há regras explícita nem mesmo nas seções *Vícios de Linguagem* e de *Brazileirismos*, nem, tampouco, há regras para posição dos clíticos em relação ao verbo. Seria uma opção de redução didática do autor para uma gramática indicada como *elementar* já no título? Nesse segundo ano, apenas são apresentados os pronomes e sua tipologia. O fato é que essa descrição gramatical assim simplificada era a de uma obra assumida no programa do Colégio Pedro II, em 1892 que conheceu um sucesso editorial impressionante: chegaria à 24 edição e, 1911, subindo para a 34 edição em 1920, e por aí seguiu ao longo do século XX. Deve-se tratar, realmente, de uma redução didática pensada pelo gramático João Ribeiro para o 2º ano, pois em sua gramática para o 3º ano ensino médio, ao menos na 2ª edição, em 1888, encontramos predicação contrária ao *ele(a)* como objeto se repete à página 308, numa lista de *brazileirismos syntaticos* chamados por João Ribeiro de *construções divergentes do cunho vernáculo*. A exemplificação, na página 309, é cabal: “O emprego do pronome *elle*, como objetivo: Vi *elle* = Vi-*o*”. Situação repetida em relação à colocação dos clíticos verbais no exemplo seguinte na mesma lista: “A anteposição indebita dos pronomes complementos: *Me* disse (disse-me). | *Te* chamou (chamou-te)”. Uma condenação de *brazileirismo* tal como a de Maximino Maciel (1887):

Chama-se *brazileirismo* a construção da phrase segundo as tendências da lingua portuguesa falada no Brazil, ex.: Vi *elle*, guardei *ella*, em logar de vi-*o*, guardei-*a*. | O uso dos pronomes pessoais subjectivos empregados em funcção objectiva constitue actualmente um vicio de construcção brasileira, empregados até por pessoas doudas” (Maciel, 1887, p. 263).

Além dessa regra que explicitamente contraindica uma característica brasileira como um *vício* que, de tão geral, seria um *erro* cometido por até por pessoas letradas, cultas, *doudas*. Vemos, aqui, a negação não só da norma geral, mas, a política linguística de negação da norma culta brasileira como modelo para o padrão da língua de Estado na escola.

Saindo do âmbito de professores do CPII, mas ainda dentro do eixo RJ-SP-MG, encontramos igual normatização lusitanizante em Felisberto de Carvalho. Em outros trabalhos, já havíamos apresentado desse autor o livro de exercícios relativo a sua gramática, com o registro mais antigo de **treinamento escolar** sobre o clítico acusativo no lugar da anáfora com *ele(a)*, em Carvalho (1890). Agora, durante a pesquisa no acervo da FBN, além de uma outra edição desse livro de exercícios, a 5ª, pudemos acessar o livro-texto, a gramática em si de Felisberto de Carvalho, em sua 15ª edição (Carvalho, 1896 [1880]), onde encontramos exposta a regra correspondente àquela vista no livro exercícios, e presente em edições ao longo da década de 80 do século XIX. Essa regra, dentre outras, transforma-se em verdadeiro sinalizador de que o falante/redator brasileiro detinha, ou não, o padrão culto da língua. Mesmo que o autor de um texto fosse prolixo ou lacunoso em seus argumentos, bastaria cumprir esse tipo de normatização escolar para ser visto como *culto* no imaginário social.

Felisberto de Carvalho, autor de sucesso de livros de leitura para alunos do 1º ao 5º anos (4º e 5º indicados como Curso Superior), é quem melhor traduz a simplificação objetiva das regras da década de 80 do século XIX: três regras de colocação pronominal, duas para *ele(a)* como objeto: “2º Não se devem empregar os pronomes pessoais como objecto directo; mas quando devam ter tal emprego, cumpre substitui-los pelas variações *me, te, se, nos, vos, o, a, os, as*; como em: *Elle me viu, Eu o animei, e não – Eu animei elle, Louvamol-a”. Louvemos ella.*” (Carvalho, 1896 [1880], p. 101). Interessante que explicita regra contraindicando o ‘*a ele*’ no lugar de *lhe* em objetos indiretos. Certamente, esse material, incrementado seu pelo sucesso editorial de seus livros de leitura, teve peso grande de difusão da regra no Eixo-RJ-SP e começa o processo avassalador de difusão e incorporação simbólica de regras lusitanizantes ao longo do século XX. Em etapas adiante, com maior número de gramáticos completo, poderemos ampliar a pesquisa e termos uma visão mais nítida sobre o avanço desse processo.

Considerações finais

A gramatização no Brasil, a partir do século XIX, como dito no início, acirrou a confusão simbólica entre *língua da escola* e *língua natural, nativa*. Aqui retomamos, a partir de avanços notáveis da pesquisa em gramatologia nas últimas décadas, o exame de gramáticas oitocentistas para, pelo controle das obras gramaticais como *corpus* histórico, começarmos a observar a difusão regional gramatizações desvinculadas do padrão culto ou geral dos brasileiros. É só um começo. De qualquer maneira, tentar avaliar os contextos político-sociais que definem a política linguística do Estado na escola do século XIX é, num certo sentido, continuar, em 2022, o caminho da Independência Política de 1822, e da independência cultural evocada no Manifesto Modernista em 1922. Quem sabe, na escola, no século XXI, trilharemos o caminho da Independência Simbólica de uma Língua e a de um modelo não coercitivo, não gerador de preconceitos: só um modelo para as benesses instrumentais que optar por ter-se um modelo possa trazer. Uma Independência Linguística, sem grito, sem vaia de plateias; somente cidadania.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- BARBOSA, A. G. A plataforma de corpora do PHPB: uma apresentação *ad infinitum*. In: CASTILHO, A. T. de. (org.). *História do português brasileiro V 2: corpus* diacrônico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. p. 16-52. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/2bav807wzqd3hxcg/historia_do_portugues_brasileiro_vol_ii_leia_um_trecho.pdf?dl=0. Acesso em: 20 ago. 2022.
- BARBOSA, A. G.; AZEREDO, J. C. S. de. O ensino de língua portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX: A construção de *corpus* metalinguístico de gramáticas escolares. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 20, n. esp., p. 201-226, 2018.
- CARVALHO, F. R. P. de. *Exercícios da língua portuguesa: correspondentes a grammatica elementar* por Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. 3. ed. Rio de Janeiro: B L. Garnier, 1890.
- COUTINHO, A. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Americana, Prolivro, 1974. v. 1, p. 156-178.
- CUNHA, C. F. da. Conservação e inovação no português do Brasil. In: CUNHA, C. F. da. *O eixo e a roda: revista de literatura brasileira*. Belo horizonte: Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFMG, 1986. v. 5, p. 199-230.
- ILARI, R. Os documentos do PHPB: velhas e novas ideias para fazer semântica com eles. *Cadernos de Linguística*, Abralín, v. 2, n. 1, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/301/411>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência, ciência e pureza. *Revista Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, Pontes Editores e Projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil, v. 2, p. 49-68, jul./dez. 1998.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (org.). *Programa de ensino da escola secundária Brasileira (1850–1951)*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

ZILIO-PASSERINI, T. O programa de Fausto Barreto e a gramaticografia brasileira oitocentista. *Verbum*, v. 10, n. 3, p. 96-111, dez. 2021.

Originais consultados no acervo da FBN

ALBUQUERQUE, S. H. d'. *Breve compendio de grammatica portugueza*: extrahido de diversos autores e offerecido aos seus alumnos. 5. ed. Pernambuco: Typ. de Santos e Companhia, 1844.

ALMEIDA, F. M. R. d'. *Elementos de grammatica portugueza*: segundo um systema mne-monico. 2. ed. Pernambuco: Typ. de Santos & Companhia, 1866.

CARVALHO, F. R. P. de. *Elementos de grammatica portuguesa*: para uso dos alumnos de instrucção primaria. 15. ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Bello Horizonte: Liv. de Alves & C.a, 1896 [1880].

COSTA, M. O. R. da. *Grammatica portugueza*. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1887 [1877].

MACIEL, M. A. *Grammatica analytica*. Rio de Janeiro: Typ. Central de Evaristo Rodrigues da Costa, 1887.

SANTOS, H. J. dos. *Grammatica portugueza*: destinada ao curso de adaptação e 1º anno do Collegio Militar, 1º e 2º anno dos gymnasios, escolas normaes e escolas do 2º gráo primário. Rio de Janeiro; São Paulo: Liv. Classica de Alves & C., 1897.

SILVEIRA, C. D. *Compendio de grammatica da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1855.

RIBEIRO, J. *Curso medio grammatica portugueza elementar* (2º anno). Rio de Janeiro: Liv. Classica de Alves & Comp, 1888a.

RIBEIRO, J. *Exame de portuguez grammatica portugueza* (3º anno). 2. ed. Rio de Janeiro: Liv. Classica de Alves & Comp, 1888b.

RIBEIRO, J. *Grammatica portuegza*. São Paulo: Typ. de J. Seckler. 1881.

TAYLOR, H. C. *Grammatica da lingua nacional*. Compendio adaptado ao ensino nas aulas de instrucção primaria. Recife: Typ. de Santos & C. a, 1871.